A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA NO CENÁRIO NEOFASCISTA

Ilse Gomes Silva[1]
Thimoteo de Oliveira Cardoso[2]
Darlene Rodrigues Area Silva[3]

RESUMO
Nesse trabalho pretendemos destacar algumas transformações que a universidade pública brasileira tem sofrido no atual governo do presidente Jair Bolsonaro. Por ser um espaço histórico de resistência ao autoritarismo e de formação crítica, a universidade pública tem sido alvo de ataques em sua autonomia, na democracia interna e na liberdade de cátedra, além de ser submetida a constantes cortes de recursos financeiros que inviabilizam o seu funcionamento. O projeto do governo federal de controlar ideologicamente a universidade e mercantilizar o ensino público superior ocorre mediante uma ofensiva campanha de desqualificação do ensino superior e através de uma série de decretos e pelo projeto FUTURE-SE, cuja intensão é reconfigurar o ensino superior de acordo com os interesses do grande capital do campo educacional e do pensamento conservador.
Palavras-chave: ensino superior público, neofascismo, democracia

ABSTRACT
In this article, we intend to highlight some transformations that the Brazilian public university has undergone in the current government of President Jair Bolsonaro. As a historical space of resistance to authoritarianism and critical training, the public university has been the target of attacks on its autonomy, internal democracy and chair freedom, in addition to being subjected to constant cuts in financial resources that make its functioning unfeasible. The federal government's project to ideologically control the university and commercialize public higher education takes place through an offensive campaign to disqualify higher education and through a series of decrees and the FUTURE-SE project, which intention is to reconfigure higher education in accordance with the interests of big business in the educational field and conservative thinking.
Key words: public higher education, neo-fascism, democrac

[1] Professora da Universidade Federal do Maranhão, Doutorado em Ciências Social – Política pela PUC/SP. ilse.gomes@ufma.br. https://orcid.org/0000-0002-2749-806X
[2] Professor do Instituto Federal do Maranhão, Mestre em Ciências Sociais pela UFMA; doutorando em Ciências Sociais – UFMA. thimoteo.c@hotmail.com https://orcid.org/0000-0002-4180-6874
[3] Graduada em Licenciatura em História pela UFMA; mestranda em História pela UFMA. darlenerodrigues395@gmail.com. http://orcid.org/0000-0002-2073-7048

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, desde as manifestações de "junho de 2013", vive uma intensa polarização política entre as forças de esquerda, de direita e extrema-direita que disputam, nas ruas, as concepções de democracia, nação, direitos humanos e sociais e o papel do Estado. Em 2016, o campo da direita e extrema-direita alcançou força suficiente para destituir da presidência da República Dilma Rousseff após 14 anos de governos do Partido dos Trabalhadores e em 2018 elegeu o então deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), à presidência da República, cuja atuação parlamentar foi marcada pela defesa da ditadura militar e dos torturadores; pelas declarações racistas, homofóbicas e misóginas e pelo apoio às reformas neoliberais.

Bolsonaro iniciou o seu governo com amplo apoio do Congresso Nacional, do Judiciário, das Forças Armadas e de diversas camadas sociais, de modo que não teve dificuldade de aprovar a agenda das reformas ultraliberais[4] no campo econômico e trabalhista, entretanto em julho de 2021, mergulhado em escândalos de corrupção e com 530 mil brasileiros mortos pela COVID19 que poderiam ter sido evitado se o governo não tivesse adotado uma postura negacionista, a popularidade do governo atingiu 34% de aprovação e 63% de desaprovação[5]. O presidente já declarou que seu governo iria "desconstruir muita coisa[6]" e se caracteriza como conservador e patriótico, de forma que o slogan "Pátria Amada Brasil" e "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos" expressa o caráter conservador do seu governo.

No campo da educação, o governo Bolsonaro segue seu projeto de "desconstrução"(destruição). O professor Roberto Leher (2020) compreende que as universidades são o espaço da ciência, da cultura e da arte. Entretanto, no Brasil e em diversos países esses espaços estão em perigo devido ao movimento da extrema-

[4] A reforma da previdência, depois de aprovada, foi promulgada em novembro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/611971-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-E-PROMULGADA> Acesso em: 07 de jun. 2021

[5] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/cnt-mda-aprovacao-e-popularidade-de-bolsonaro-atingem-os-piores-niveis-desde-o-inicio-do-governo/> Acesso em: 01 de jun. 2021.

[6] Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/> Acesso em: 03 de dez. 2020.

direita que ressignifica a ciência como "ficção verbal", que desqualifica o conhecimento e instaura "um terreno propício ao irracionalismo e ao antissecularismo, situações que, historicamente, aninharam o ovo da serpente do fascismo". (LEHER, 2020, p. 23). As declarações dos ex-ministros da educação de que "[...] as universidades devem ser reservadas para uma elite intelectual […]"[7] (2019) e de que a "Universidade que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico tiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas […]"[8] (VEJA, 2019) – respectivamente citadas por Ricardo Vélez Rodriguez e Abraham Weintraub – demonstram a estratégia do governo Bolsonaro de desqualificar a ciência e as universidades

> A narrativa para desqualificar a universidade possui duas nervuras principais: 1) a crítica ideológica e 2) a acusação de que gastam demais e não estão reconhecidas como universidades de excelência, o que só seria verdade se estivessem relacionadas entre as cem melhores universidades mundiais. (LEHER, 2019, p. 28).

Entretanto, esses dois argumentos não encontram respaldo na realidade da história das universidades públicas brasileiras que são as instituições responsáveis por mais de noventa por cento da produção do conhecimento científico no país (UNIFESP, 2019). Isto, não obstante nossas peculiaridades como aponta Leher: "No caso brasileiro, as universidades são instituições tardias, em que a autonomia somente foi elevada a preceito constitucional em 1998." (LEHER, 2019, p. 42).

Nossa intenção nesse artigo é apresentar as configurações que o Brasil adquiriu após o golpe de 2016; com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república e consequentemente os ataques à autonomia das universidades públicas brasileiras, assim como as implicações dessas medidas para a efetivação (ou negação) do direito a uma educação pública e de qualidade assegurada pela Constituição Federal de 1988.

2. O BRASIL E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS AMEAÇADOS PELO NEOFASCISMO

[7] Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/universidades-devem-ficar-reservadas-para-uma-elite-intelectual-diz-ministro-da-educacao/> Acesso em: 03 de dez. 2020.
[8] Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579> Acesso em: 17 de nov. 2020.

O crescimento da extrema-direita no cenário internacional e no Brasil nos colocou em situação de alerta. O perigo é vivenciar o ambiente de violência provocado pela experiência do fascismo nas primeiras décadas do século XX e pelas tantas outras experiências ditatoriais que o mundo já sofreu. Simbólico para a cultura ocidental, o fascismo não ficou reservado apenas a Itália e a Alemanha, não se encerrou com o fim da Segunda Guerra mundial, nem tão pouco com a morte de seus principais líderes. Sobreviveu em diversos países e agora assombra novamente com novas roupagens e novos líderes. O alerta de Agamben (2002) de que o Estado de Exceção não é exceção, fez sentido na prática para os brasileiros.

A emergência do fascismo está associada a um complexo entrelaçar das contradições no campo das relações de produção e das relações sociais com o campo da luta de classes sociais, assim como das alternativas de enfrentamento de uma situação de crise econômica e crise política em determinada formação social.

> o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável a crescente concentração de capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob a máscara 'modernizadora' guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se dos mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. (KONDER, 1997, p. 21).

No Brasil a extrema-direita chega ao governo federal pela eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro a presidência da república com um forte apoio de grupos milicianos e grupos extremados que nas manifestações de rua empunham a bandeira da "intervenção militar já", fechamento do congresso nacional e apologia a ditadura militar, além do combate aos direitos humanos e sociais dos grupos marginalizados. Concordamos com Boito Jr (2019) quando escreve:

> No que respeita ao Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas ocupam a posição dominante – lograram, após alguns meses de governo, deslocar o grupo militar para um plano secundário e o grupo militar é propenso a outro tipo de ditadura. O que não temos no Brasil, pelo menos até agora, é um regime político fascista. O regime vigente no Brasil é uma democracia burguesa deteriorada e em crise.

Em nossa “democracia burguesa deteriorada e em crise”, Luis Felipe Miguel (2018) enxergou três eixos principais da extrema-direita brasileira: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. O libertarianismo que “[...] prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa aparecer.” (MIGUEL, 2018, p. 19). O fundamentalismo religioso se expressa e um discurso oportunista utilizado pelos seus líderes que “contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é uma base popular, com o qual eles negociam. […] (MIGUEL, 2018, p. 21). São grupos que se posicionam contra o aborto, contra políticas sociais para a comunidade LGBTQIA+ e a favor do que eles denominam de “família tradicional”. O discurso fundamentalista está intimamente ligado ao discurso da teologia (ou ideologia) da prosperidade “[...] em que a fé é um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais [...]” (MIGUEL, 2018, p. 23) em um profundo contraste com as ações de caridade e opção preferencial pelos mais pobres e marginalizados.

O terceiro eixo da extrema-direita brasileira está na narrativa, que parecia ultrapassada, mas voltou com todo vapor no Brasil pós eleição de Jair Bolsonaro, do anticomunismo. Em que “[…] o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.” (MIGUEL, 2018, p. 22). Acusado de tentar acabar com a família tradicional, desvios na moral sexual convencional e principalmente a favor da propriedade privada que o comunismo/socialismo pretende, segunda a narrativa, destruir.

Fundamentada por tais eixos, todas as esferas do governo tendem a ser “reconstruídas”. No campo educacional, os reflexos da política fascista estão expressos nas intervenções autoritárias nas instituições de ensino superior como as universidades públicas e no controle ideológico da comunidade universitária.

A universidade brasileira ao longo dos anos se constituiu em espaço de disputas de projetos societários. Durante o golpe militar de 1964, com o aprofundamento da repressão do movimento estudantil, as prisões e cassações de

professores, além do corte de verbas em seu orçamento, as universidades públicas se tornaram instituições vitais para a construção de utopias sociais e políticas para o país, que resultaram em movimentos de resistência ao autoritarismo do Regime Militar e em defesa da democracia. Paralelo aos projetos e manifestações em prol da democracia e das liberdades individuais liderados pelas universidades, os governos autoritários empenharam suas armas para destituir a universidade do pensamento crítico e emancipatório, atacando constantemente sua autonomia.

> No período da campanha eleitoral, o atual presidente da República direcionou grande parte de suas poucas palavras para atacar as universidades públicas e a educação pública em geral. Informado pelo movimento fundamentalista denominado Escola Sem Partido (Batista et al.,2019), atribuiu às universidades públicas um lugar de doutrinação ideológica, de predominância do que a ultradireita estadunidense denominou como 'marxismo cultural', uma proposição fantasmagórica, adjetivando, pejorativamente, as humanidades. (LEHER, 2019, p. 23).

Sempre alvo de muitos ataques por parte dos governos, o exemplo mais contundente dessa máxima está no período do Regime Militar (1964-1985) em que "[…] A primeira ofensiva da ditadura foi reorientar o rumo da universidade, afastando-a de referenciais nacional-desenvolvimentistas. […]" (LEHER, 2019, p. 46), sufocando principalmente sua autonomia, sob o mesmo argumento do atual governo, da necessidade de eliminação da teoria marxista dentro dessas instituições, daí a forte repressão contra alunos e professores e até mesmo a expulsão e exílio dos mesmos. Como bem lembrou Leher (2019, p. 50), "Inicialmente, o direcionamento das universidades para esses fins ocorreu por meios coercitivos, afastando, pelos referidos AI-5/1968 e o Decreto-Lei 4777/1969, os docentes que investigavam problemáticas indesejáveis ao regime. […]". O campo educacional se mostrou extremamente valioso, por isso a política de maciça desvalorização e perseguição foi implementada.

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996, a "educação passou a ser um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (Art.205). Entretanto esse direito é fragilmente acessado pela maioria da população, principalmente após a aprovação durante o governo de

Michel Temer (MDB) da Emenda 95/2017 que congelou os gastos orçamentários do governo para os serviços essenciais (como saúde e educação) por vinte anos consecutivos. "[…] a medida que reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com políticas sociais e os investimentos públicos." (LEHER, 2019, p. 31) teve o apoio sólido dos que viriam ocupar o poder em 2018.

A implantação de uma política de austeridade, contra os direitos fundamentais e a implementação de políticas públicas, pode ser facilmente representada com o discurso conservador, reacionário, fundamentalista e de ódio do projeto Escola Sem Partido que há alguns anos vem tentando ganhar força de lei no Brasil. A defesa de "[...] uma 'escola sem partido constitui uma grave ameaça para a educação brasileira, com ou sem a transformação desse projeto em leis." (PENNA, 2018, p. 109). Tal ameaça surge com o objetivo de erradicar e combater a propaganda partidária ou ideológica (por que não dizer de esquerda?) em sala de aula.

> […] O movimento Escola Sem Partido defende que apenas a família e a religião podem educar, e os professores devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho. […] O projeto tenta proibir 'a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes' (Art. 3º PL 867/2015) (PENNA, 2018, p. 111).

Em clara contraposição com a concepção de educação democrática, laica e plural, a adesão a esse discurso pode proibir os docentes de ensinarem sobre a Teoria da Evolução, se os pais forem cristãos, por exemplo. Ou ainda tirar a obrigatoriedade da lei de ensino da cultura afro-brasileira e indígena, ou a proibição de discutir a tortura na ditadura militar se os pais forem favoráveis ao regime. Além de questões de gênero, teorias políticas, direitos da comunidade LGTBQIA+ e direitos humanos (PENNA, 2018). A única função dos professores e da educação escolar seria preparar os alunos para o mercado do trabalho. O projeto ainda prevê e incentiva a denúncia anônima de docentes e gestores "[...] leva pais e estudantes a assediarem professores que se enquadram na figura do 'inimigo' […] ressignificando e contrastando a própria Constituição que afirma (Art.205) que a educação é uma tarefa colaborativa entre escola e família [...]" (PENNA, 2018, p. 109-112).

O Art. 206 da Constituição de 1988 garante que o processo de ensino-aprendizagem deve ser ministrado com base nos princípios de “liberdade de condições de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; […]”, assegurando e defendendo o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a gestão democrática do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996 (LDB) assegura que a educação superior dentre outros objetivos deve “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais e estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (Art. 43). Segundo esta Lei, as universidades têm o direito de “decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos e elaboração da programação dos cursos”. (Artigo 53, Parágrafo 1).

O conteúdo desta Lei nos relembra o episódio ocorrido em 2018 com o professor universitário (UnB) e cientista político Luis Felipe Miguel que foi acusado pelo ministro da educação da época, Mendonça Filho, de “apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidários” ao promover um curso intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Todavia, dentre outros objetivos, o curso buscava entender, segundo a ementa da disciplina, os “elementos de fragilidade do sistema político brasileiro, após a saída da presidenta Dilma Rousseff”. O professor foi acusado pelo MEC de improbidade administrativa, suscitando ainda mais o debate acerca da autonomia universitária e da liberdade docente de criar e elaborar suas próprias disciplinas, conteúdos e programas de cursos, em clara oposição a LDB e a liberdade de cátedra (ANDES-UFRGS, 2018).

O ataque às universidades públicas e consequentemente sua autonomia aconteceu em muitas ocasiões através da suspensão de editais de bolsas estudantis seja na graduação ou nos programas de pós-graduação; pela valorização da área tecnológica em detrimento das ciências sociais e humanas ou impondo critérios ideológicos para a concessão da bolsa. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) suspendeu mais de 4000 bolsas de pesquisa para o segundo semestre de 2019, alegando falta de verba devido aos cortes no seu

orçamento[9] (O Globo, 2019). Na mesma linha a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) suspendeu novas concessões de bolsas para mestrado e doutorado, impedindo que os novos estudantes selecionados para os programas de pós-graduação recebam auxílios para desenvolverem suas pesquisas. O corte serviria para economizar verbas e assegurar o pagamento dos benefícios já ativos.

O ataque a autonomia universitária e controle político-ideológico dos professores ficou expresso quando o governo federal:

> […] editou o Decreto 9.794, de 15/05/2019, estabelecendo que a nomeação para os cargos de direção das universidades federais devem ser precedidos de análise dos nomes pelo governo federal, instituindo o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas. O Decreto 9.754, de 11/04/2019, extingue cargos efetivos, prejudicando áreas administrativas das universidades. […] (LEHER, 2019, p. 32-33).

Com o Decreto de 11 de abril de 2019, instituiu o portal único “gov.br” com o objetivo de unificar todo os canais e portais de comunicação e circulação de informações de dos órgãos públicos, sinalizando perda de autonomia nos estudos, pesquisas e informações feitas pelas universidades ou vinculadas a elas (LEHER, 2019). O Decreto nº 9.991/2019 ainda prevê uma série de restrições sobre licenças e afastamentos dos docentes de institutos e universidades públicas para capacitação e pós-doutoramento. Além de afirmar que a licença poderá ser interrompida a qualquer momento por “ato de interesse da administração”. O Decreto nº 9.794/2019 retira a autonomia dos reitores das UFs e IFs de nomearem seus pró-reitores, a nomeação caberá ao Chefe da Casa Civil, Ministério da Educação e ao Presidente da República.

No dia 24 de dezembro de 2019 o presidente Jair Bolsonaro decretou a Medida Provisória nº 914/2019 que, de forma arbitrária, desrespeita os avanços acumulados nas eleições para reitores e fere diretamente a autonomia administrativa das universidades. A Medida reafirma pesos diferentes nos votos das eleições, até então detinham a mesma relevância. De acordo com a medida os votos dos professores têm um peso de 70%, os de servidores e técnicos 15% e dos discentes também 15%.

[9] Disponível em: < https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cnpq-suspende-4500-bolsas-por-falta-de-orcamento-23880009 > Acesso em: 03 de dez. 2020.

Cabe ressaltar também as intervenções diretas do Presidente da República nas nomeações para reitores das universidades públicas, desrespeitando a vontade da maioria acadêmica, como exemplo da nomeação de Mirlene Ferreira Maedo Damázio como reitora temporária da Universidade da Grande Dourados (UFGD), a mesma estava fora da Lista Tríplice[10]. O mesmo ocorreu no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/RJ), Maurício Aires Vieira foi nomeado diretor *Pro Tempore* pelo MEC sem estar na Lista dos Tríplice.

Na Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM) o segundo colocado da Lista Tríplice foi o nomeado pelo presidente, o mesmo se repetiu na Universidade do Recôncavo Baiano (UFRB). Na Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Macuri (UFVJM), na Universidade do Ceará (UFC) e na Universidade da Fronteira do Sul os reitores nomeados ocupavam o terceiro lugar da Lista Tríplice.

Entretanto, o mais forte ataque a autonomia universitária veio através do pacote de medida denominado FUTURE-SE ou "Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras" lançado pelo MEC em 17 de julho de 2019, apresentado pelo então ministro da educação Abraham Weintraub.

> A ideia chave é que as instituições deve ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o Estado federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Para isso, propugna contratos de gestão com Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária. (LEHER, 2019, p. 31).

De uma forma geral o FUTURE-SE sintetiza de modo fundamental os eixos da extrema direita brasileira estudados pelo professor Luís Felipe Miguel, apontados aqui anteriormente. O projeto apresenta a visão das universidades como entidades que oneram o orçamento público e enfatiza o discurso de ineficácia dos serviços públicos. Além de incentivar os interesses do mercado financeiro em áreas e estudos específicos das universidades. Propõe um gerenciamento "empresarial" ou mercadológico, em suma um Estado mínimo dentro das UFs.

> […] No aspecto geral, o Programa propõe autonomia para captação de recursos financeiros pela execução de projetos de pesquisa e inovação pelas

[10] Lista que elenca os três candidatos mais votados pela comunidade acadêmica.

> Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a partir da celebração de contratos de gestão entre estas e Organizações Sociais – OS e/ou Fundações, ambas de direito privado. Estas seriam responsáveis pela gestão dos recursos captados para a pesquisa/inovação, bem como atuariam na gestão administrativa, pedagógica, científica, patrimonial, de internacionalização e de recursos humanos das IFES. (MARI; THIENGO; MELO, 2020, p. 67).

O FUTURE-SE modifica ou altera dezenas de outras leis da Constituição Brasileira, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996). Pressupõe a cobrança de mensalidades nos programas de pós-graduação, a venda de patentes e a "permissão do uso de bens públicos" das UFs e IFs para empresas privadas. A adesão ao Programa é por período indeterminado. O MEC não apresentou nenhuma solução sólida ou proposta para os problemas do "estrangulamento" do orçamento público das UFs e dos IFs, nem sequer uma política de investimento ou estudo econômico dos impactos de incentivos fiscais privados em instituições públicas. O ex-ministro da educação apresentou o Programa como "revolucionário", mas na verdade, é a velha história da educação pública voltada aos interesses privados e ao mercado financeiro (APRUMA, 2019).

Cerca de 25 universidades se posicionaram politicamente contra o FUTURE-SE tal como ele foi escrito e apresentado, entre elas a UnB, UFF, UFMG, UFRJ, UFBA, UFPE e UFMA, mesmo assim, sem diálogo com a comunidade universitária, o texto foi encaminhado para votação ao Congresso Nacional em maio de 2020.

Todos as questões levantadas nos indicam que o fascismo avança no Brasil e que a defesa da democracia se constitui em principal desafio do campo da esquerda hoje. Hannah Arendt (1989, p. 332) afirma que "[...] a democracia é o direito a ter direitos [...]", sempre mais direitos, nunca menos, ou seja, a democracia como regime de expansão, promoção e defesa de direitos. Fundamento da igualdade civil e política de todo regime democrático e constantemente violados em regimes de cunho autoritário. A democracia pressupõe uma quebra radical com regimes cujo fundamento era o da lei divina ou o governo da filiação ("governo dos melhores") e requer uma "sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas" em suas relações, instituições, costumes e leis (RANCIÈRE, 2014, p. 8-10). Daí se falar de um "ódio à democracia" que advém das

elites e classes dominantes, pois ela seria um governo corrompido, degenerado e catastrófico, na medida que garante direitos às camadas menos favorecidas pelo capitalismo. Dessa forma, medidas de exceção contrárias à democracia podem sim existir simultaneamente com ela, pois ela aparece como regime que precisa ser melhorado e por isso, restringido. As universidades públicas são as instituições mais representativas desse fenómeno atualmente no Brasil, pois elas necessitam da democratização da sociedade para democratizar-se a si mesmas.

3. CONCLUSÃO

A esperança ou utopia brasileira dessa conjuntura pode estar na recuperação do protagonismo social, seja ele estudantil ou da classe trabalhadora, necessário para a consolidação das bases democráticas no país, como o exemplo das manifestações em todo o território nacional a favor da educação e da universidade pública que aconteceram em 2019[11] e atualmente tem crescido também as manifestações em defesa da democracia, contra o fascismo e pelo impeachment de Jair Bolsonaro.

A defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada é premissa fundamental e necessária para salvaguardar o direito a educação superior. A universidade [...] não é mais nem um privilégio nem um 'dom' intelectual. É uma necessidade social. E, por isso, cabe ao Estado assegurar condições básicas (direitos estudantis) para que os estudantes possam viver a universidade" (LEHER, 2020, p. 28).

O Brasil se envergonha e se entristece diante de 530 mil mortos pela COVID19, enquanto isso o presidente Jair Bolsonaro segue sua jornada negacionista e promove atividades de aglomeração com seus apoiadores, sem uso das medidas sanitárias, como tem ocorrido nas chamada motociatas que aconteceram no mês de maio de

[11] As jornadas de 15 e 30 de maio e 14 de junho de 2020 reuniram multidões entre professores, estudantes universitários, secundaristas e trabalhadores em geral na defesa da educação e da universidade pública e contra os cortes orçamentários proposto pelo MEC. Disponível em: < https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml > Acesso em: 07 de jul. 2021.

2021 em Brasília e Rio de Janeiro e em junho em São Paulo e em Chapecó/SC[12]. Mesmo recebendo críticas e com o crescimento do número de mortes e casos de infecção pelo COVID19, Bolsonaro não muda de atitude, pelo contrário planeja novos atos de aglomeração e desdenha das vítimas. Estamos em uma situação de barbárie que necessita se barrada em nome de milhões de famílias que foram e serão vítimas da pandemia, do desemprego e da pobreza. Combater o fascismo, defender a democracia e a vida de milhões de trabalhadores é nosso compromisso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. **O poder soberano e a vida nua** I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. [trad] Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Considerações sobre o "Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE". **APRUMA/ANDES-SN**, 2019.

BOITO JR, Armando. **A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista**. 17 de dez. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/?doing_wp_cron=1625843761.6244449615478515625000. Acesso em 09 de jul. 2021.

CNPQ suspende 4.500 bolsas por falta de orçamento. **O Globo**, 2019. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cnpq-suspende-4500-bolsas-por-falta-de-orcamento-23880009 > Acesso em: 03 de dez. 2020.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? (Florestan Fernandes). São Paulo: Expressão Popular, 2020.

[12]Disponível em: < https://www.poder360.com.br/governo/veja-fotos-e-videos-da-motociata-bolsonarista-em-chapeco/.> Acesso em 09 de jun. 2021.

MARI, Cezar Luiz De; THIENGO, Lara Carlette; MELO, Savana Diniz Gomes. A agenda de estado mínimo e o avanço da extrema direita no Brasil: expressões na educação superior. **Revista Práxis e hegemonia popular**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 57-75, jul. 2020. Disponível em: www.revistas.marilia.unesp.br. Acesso em: 28 jul. 2020.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: edições do Graal, 1977.

MARIN, Crispim Denise: 'Temos de desconstruir muita coisa', Diz Bolsonaro a americanos de direita. **VEJA**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/> Acesso em: 03 de dez. 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEC cortará verba de universidade por balbúrdia. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579> Acesso em: 17 de nov. 2020

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO**,** Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia encruzilhada. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma "escola sem partido". *In*: GALLEGO**,** Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à democracia**. [trad] Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REFORMA da previdência é promulgada. **Câmara dos Deputados**, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/611971-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-E-PROMULGADA> Acesso em: 07 de jun. 2021

'UNIVERSIDADES devem ficar reservadas para uma elite intelectual', diz ministro da Educação. **Fórum**, 2019.Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/universidades-devem-ficar-reservadas-para-uma-elite-intelectual-diz-ministro-da-educacao/> Acesso em: 03 de dez. 2020.

VEJA fotos e vídeos da 'motociata' bolsonarista em Chapecó. **Poder 360**, 2021. Disponível em: < https://www.poder360.com.br/governo/veja-fotos-e-videos-da-motociata-bolsonarista-em-chapeco/.> Acesso em 09 de ju. 2021.

VERENICZ, Marina. CNT/MDA: Aprovação e popularidade de Bolsonaro atingem os piores níveis desde o início do governo. **Carta Capital,** 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/cnt-mda-aprovacao-e-popularidade-de-bolsonaro-atingem-os-piores-niveis-desde-o-inicio-do-governo/> Acesso em: 01 de jun. 2021.